

ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO

	págs.		págs.
A			
A. B. COTRIM NETO — A Problemática das liberdades na sociedade urbanizada contemporânea (Doutrina)	91	o direito em tese. — Existência no acórdão recorrido de outro fundamento acerca do qual não se fez trazido acórdão em divergência, para confronto, circunstância que, por si só, bastaria para o não conhecimento (Comentário)	214
ABDO JORGE COURI RAAD — Imposto sobre circulação de mercadorias. Imunidade. Obrigações acessórias (Parecer) ..	337	ANULAÇÃO — de Ato Administrativo (Mandado de Segurança n.º 1.478)	394
A “EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FATO” do direito português e a reforma do processo civil brasileiro — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i>	179	— Primeira parte: Informações do Exmo. Sr. Secretário de Obras Públicas, Eng.º Emilio Ibrahim	394
ALIOMAR BALEEIRO — Rui e a Constituição (Doutrina) ...	1	— Segunda parte: razões da Procuradoria-Geral do Estado — Mario Alexandre Campos de Mendonça	422
ANTÔNIO CARLOS CAVALCANTI MAIA — Funcionário federal transferido do Estado. Aposentadoria. Situação perante o IASEG (Parecer) ...	273	APOSENTADOS — do IPEG — Serviços em “zona de guerra”. Decreto-lei n.º 628, de 1969, art. 3.º — <i>José Antunes de Carvalho</i>	227
— I — TRIBUNAL DE JUSTIÇA do Estado da Guanabara — Não conhecimento, por isso que o acórdão recorrido decidiu à luz das normas que regem o litisconsórcio, enquanto os acórdãos apontados como paradígmata versam o instituto da assistência, que, apesar de equiparado ao litisconsórcio (art. 93 do Cód. de Processo Civil), com este não se identifica — Inocorrência, portanto, no respeitante, de divergência quanto ao modo de interpretar		A PROBLEMÁTICA — das liberdades na sociedade urbanizada contemporânea — <i>A. B. Cotrim Neto</i>	91
		ARNOLDO WALD — As áreas metropolitanas (Doutrina) ...	150
		— Estado da Guanabara. Procuração a autarquia federal. Recebimento de recursos de fundo especial (Parecer)	259
		— Licitação. Dispensa. CEDAG. Delegação de competência (Parecer)	345

	págs.		págs.
ARTHUR FONTES LEAL FERREIRA — Fundo de garantia do tempo de serviço. Lei número 5.107, de 1966. Horas extras e gratificação natalina (Parecer)	300	DIOGO DE FIGUEIRELO MOREIRA NETO — Possibilidades jurídicas para a captação de recursos para obras e serviços públicos (Doutrina)	141
AS ÁREAS — metropolitanas — <i>Arnoldo Wald</i>	150	DOMINGOS SÁVIO BRANDÃO LIMA — Do pagamento por consignação nas obrigações em dinheiro (Doutrina)	24
AS SOCIEDADES — por quotas de responsabilidade — no direito brasileiro — <i>Otto Gül</i> ..	80	DO PAGAMENTO — por consignação — nas obrigações em dinheiro — <i>Domingos Sávio Brandão Lima</i> (Doutrina) ...	24
B		E	
BANIMENTO — Funcionário estadual — Conseqüências — <i>Pedro Augusto Guimarães</i> ...	238	EMÍLIO IBRAHIM (Eng.º) — Anulação de Ato Administrativo (Mandado de Segurança n.º 1.478)	394
C		— Primeira parte: Informações do Exmo. Sr. Secretário de Obras Públicas	394
CAIO TÁCITO — Controle das empresas do Estado (Públicas e mistas) (Doutrina)	14	ESTADO DA GUANABARA — Procuração a autarquia federal. Recebimento de recursos de fundo especial — <i>Arnoldo Wald</i>	259
CARTÕES DE CRÉDITO — Incidência do Imposto sobre Serviços. Cartão de Crédito: contrato atípico, misto de abertura de crédito e de prestação de serviços. Incidência do imposto sobre serviços. Ação declaratória improcedente (Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo)	221	F	
CONCURSO — Professor no Ensino Médio. Limite de idade para inscrição — <i>Joel Ferreira Dias</i>	246	FUNÇÃO GRATIFICADA — Designação de serventuário. Decreto-lei n.º 100, de 1969, art. 10 — <i>Petrônio de Castro Souza</i>	263
CONTROLE — das empresas do Estado (Públicas e Mistas) <i>Caio Tácito</i>	14	FUNCIONÁRIO APOSENTADO — Refixação de proventos pelo exercício de cargo em comissão. Impossibilidade — <i>Roberto Richelette Freire de Carvalho</i> ..	264
CRÉDITO QUIROGRAFÁRIO — fundado em contrato de câmbio <i>Heitor Gomes de Paiva</i>	109	FUNCIONÁRIO ESTADUAL — Tempo de exercício de mandato no Conselho da O.A.B. Contagem para aposentadoria e disponibilidade — <i>José Edvaldo Tavares Borba</i>	268
D		FUNCIONÁRIO FEDERAL — transferido do Estado — Apo-	
DIÁRIAS — Conceito, natureza e finalidades. Arbitramento — <i>Pedro Augusto Guimarães</i> ...	257		

	págs.		págs.
sentadoria. Situação perante o IASEG — <i>Antônio Carlos Cavalcanti Maia</i>	273	Retenção na fonte — <i>José Manoel de Arruda Alvim Neto</i> ..	330
FUNCIONÁRIO FEDERAL — transferido ao Estado — Pagamento de revisão de proventos. Responsabilidade da União — <i>Roberto Richelette Freire de Carvalho</i>	277	— Remessa de lucros — Decreto-lei n.º 401, de 1968, art. 11. Inconstitucionalidade — <i>Ricardo Creton</i>	306
— transferido ao Estado — Regime jurídico. Inconstitucionalidade do art. 110 da Constituição estadual de 1967 — <i>Roberto Richelette Freire de Carvalho</i>	284	IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO — de mercadorias — Imunidade. Obrigações acessórias — <i>Abdo Jorge Couri Raad</i>	337
FUNDAÇÃO ESTADUAL — do Bem-Estar do Menor — natureza jurídica. Regime jurídico de seu pessoal — <i>José Antunes de Carvalho</i>	290	J	
FUNDO DE GARANTIA — do tempo de serviço — Lei número 5.107, de 1966. Horas extras e gratificação natalina — <i>Arthur Fontes Leal Ferreira</i> ..	300	JESSÉ CLAUDIO FONTES DE ALENCAR — Metrô — Situação de servidores sujeitos à CLT e de funcionários requisitados (Parecer)	352
G		JOEL FERREIRA DIAS — Concurso. Professor no Ensino Médio. Limite de idade para inscrição (Parecer)	246
GIL COSTA ALVARENGA — Responsabilidade pessoal e limitada dos sócios pelas obrigações sociais (Doutrina)	170	JOSÉ ANTUNES DE CARVALHO — Aposentados do IPEG Serviços em “zona de guerra”. Decreto-lei n.º 628, art. 3.º, de 1969 (Parecer)	227
H		— Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor: natureza jurídica. Regime jurídico de seu pessoal (Parecer)	290
HEITOR GOMES DE PAIVA — Crédito quirografário fundado em contrato de câmbio (Doutrina)	109	— Prescrição trabalhista e prescrição quinquenal. Incomunicabilidade de regimes. Relevação da prescrição (Parecer)	365
HELLY LOPES MEIRELLES — Sociedade de economia mista. Contratação de obras e serviços. Desobriga de licitação (Parecer)	376	— Servidor contratado. Afastamento para o exercício de outra função. Conseqüências em face da CLT (Parecer)	371
I		JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA — A “execução para prestação de fato” do direito português e a reforma do processo civil brasileiro (Doutrina) ...	179
IMPOSTO DE RENDA — Decreto-lei n.º 041, de 1968, artigo 11. Remessa de juros.		— Razões forenses (suspensão da execução pela propositura de ação rescisória. Decreto-lei número 1.030, de 1969. Inexistência de ofensa à garantia	

	págs.	O	págs.
constitucional da coisa julgada)	442		
JOSÉ EDWALDO TAVARES BORBA — Funcionário estadual Tempo de exercício de mandato no Conselho da O.A.B. Contagem para aposentadoria e disponibilidade (Parecer)	268		
— Nomeação sem concurso — Lei n.º 14, art. 185 de 1960. Inconstitucionalidade do art. 3.º, parágrafo único, do Decreto-lei estadual n.º 430, de 1970 (Parecer)	355		
JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETO — Imposto de renda. Decreto-lei n.º 401, artigo 11, de 1968. Remessa de juros. Retenção na fonte (Parecer)	330		
L			
LICITAÇÃO — Dispensa — CEDAG. Delegação de competência — <i>Arnoldo Wald</i>	345		
M			
MARIO ALEXANDRE CAMPOS DE MENDONÇA — Anulação de Ato Administrativo (Mandado de Segurança n.º 1.478)	422		
— Segunda parte. razões da Procuradoria Geral do Estado	422		
METRÔ — Situação de servidores sujeitos à CLT e de funcionários requisitados — <i>Jessé Cláudio Fontes de Alencar</i>	352		
N			
NOMEAÇÃO — sem concurso — Lei n.º 14, art. 185, de 1960. Inconstitucionalidade do artigo 3.º, parágrafo único, do decreto-lei estadual n.º 430, de 1970 — <i>José Edwaldo Tavares Borba</i>	355		
		P	
O DIREITO — na obra de Tomás Antônio Gonzaga — <i>Sérgio Ferraz</i>	201		
OTTO GIL — As sociedades por quotas de responsabilidade no direito brasileiro (Doutrina)	80		
			P
PEDRO AUGUSTO GUIMARAES — Banimento — Funcionário estadual. Conseqüências (Parecer)	238		
— Diárias — Conceito, natureza e finalidades. Arbitramento (Parecer)	257		
PETRÔNIO DE CASTRO SOUZA — Função gratificada. Designação de serventuário. Decreto-lei n.º 100, art. 10, de 1969 (Parecer)	263		
— Suspensão disciplinar fundada em dispositivo revogado. Nulidade. Decreto-lei n.º 440, de 1970 (Parecer)	385		
— Tempo de serviço anterior à readmissão. Contagem. Decreto-lei n.º 100, arts. 83 e 84, de 1969 (Parecer)	389		
— Vencimentos e proventos. Pagamento indevido. Boa-fé. Obrigação de restituir (Parecer)	391		
POSSIBILIDADES jurídicas para a captação de recursos para obras e serviços públicos — <i>Diogo de Figueiredo Moreira Neto</i>	141		
PRESCRIÇÃO — trabalhista e Prescrição quinquenal — Incomunicabilidade de regimes. Relevação da prescrição — <i>José Antunes de Carvalho</i>	365		
		R	
RAZÕES FORENSES (suspensão da execução pela propositura			

	págs.		págs.
de ação rescisória. Decreto-lei n.º 1.030, de 1969. Inexistência de ofensa à garantia constitucional da coisa julgada) — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i>	442	SOCIEDADE — de economia mista — Contratação de obras e serviços. Desobriga de licitação — <i>Hely Lopes Meirelles</i>	376
RESPONSABILIDADE — pessoal e ilimitada dos sócios pelas obrigações sociais — <i>Gil Costa Alvarenga</i>	170	SUSPENSÃO DISCIPLINAR — fundada em dispositivo revogado. Nulidade. Decreto-lei número 440, de 1970 — <i>Petrônio de Castro Souza</i>	385
RICARDO CRETTON — Imposto de Renda. Remessa de lucros. Decreto-lei n.º 401, art. 11, de 1968. Inconstitucionalidade (Parecer)	306	T	
— Sociedade anônima de capital autorizado (Doutrina)	193	TEMPO DE SERVIÇO — anterior à readmissão — Contagem. Decreto-lei n.º 100, artigos 83 e 84, de 1969 — <i>Petrônio de Castro Souza</i>	389
ROBERTO RICHELETTE FREIRE DE CARVALHO — Funcionário aposentado. Refixação de proventos pelo exercício de cargo em comissão. Impossibilidade (Parecer)	264	TRIBUNAL DE JUSTIÇA — do Estado da Guanabara — Não conhecimento, por isso que o acórdão recorrido decidiu à luz das normas que regem o litisconsórcio, enquanto os acórdãos apontados como paradigmas versam o instituto da assistência, que, apesar de equiparado ao litisconsórcio (art. 93 do Cód. de Processo Civil), com este não se identifica. — Inocorrência, portanto, no respeitante, de divergência quanto ao modo de interpretar o direito em tese. — Existência no acórdão recorrido de outro fundamento acerca do qual não se fez trazido acórdão em divergência, para confronto, circunstância que, por si só, bastaria para o não conhecimento. — <i>Comentário</i> — <i>Antônio Carlos Cavalcanti Maia</i>	214
— Funcionário federal transferido ao Estado. Pagamento de revisão de proventos. Responsabilidade da União (Parecer) ..	277	V	
— Funcionário federal transferido ao Estado. Regime jurídico. Inconstitucionalidade do artigo 110 da Constituição estadual de 1967 (Parecer)	284	VENCIMENTOS e proventos — Pagamento indevido — Boa-fé. Obrigação de restituir — <i>Petrônio de Castro Souza</i>	391
RUI — e a Constituição — <i>Alomar Baleeiro</i>	1		
S			
SÉRGIO FERRAZ — O direito, na obra de Tomás Antônio Gonzaga (Doutrina)	201		
SERVIDOR CONTRATADO — Afastamento para o exercício de outra função. Conseqüências em face da CLT — <i>José Antunes de Carvalho</i>	371		
SOCIEDADE ANÔNIMA — de capital autorizado — <i>Ricardo Cretton</i>	193		